

A HISTÓRIA EMBLEMÁTICA DA COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE TOMÉ AÇU NO NORDESTE PARAENSE

Armando W. Tafner Junior

Doutorando do NAEA/UFPA; E-mail: armandowilson@hotmail.com

Fábio Carlos da Silva

Professor Associado do NAEA/UFPA; E-mail: fcsilva@ufpa.br

RESUMO

O artigo aborda os principais aspectos da colonização promovida por famílias japonesas na Amazônia Oriental brasileira, reconstituindo, em linhas gerais, a história da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé Açú – CAMTA -, empreendimento pioneiro resultante da primeira colônia agrícola de imigrantes na Amazônia e que se constitui no único caso bem sucedido de arranjo produtivo local agroindustrial no estado do Pará. A CAMTA, formalmente instituída em 1949, tem suas origens na experiência associativista dos japoneses que se fixaram na região Nordeste do Pará, em 1929, e que conseguiram superar inúmeras dificuldades de ordem cultural, climática e financeira, entre outras, e construíram uma empresa moderna e competitiva que é paradigma na Região. Os principais fatos que antecedem e gravitam em torno dos negócios da CAMTA revelam que a gestão colaborativa, o capital social e a ajuda técnica e financeira do governo japonês foram fatores fundamentais para a construção e consolidação da empresa no mercado nacional e internacional de produtos agro-industrializados.

Palavras-chave: Amazônia; cooperativismo; imigração japonesa.

ABSTRACT

The paper deals with the history of the Japanese colonization in the Brazilian Eastern Amazon specifically analyzing the reconstruction of the Mixed Agricultural Cooperative of Tome Açú – CAMTA- pioneering venture which origins came from the first agricultural colony of Japanese immigrants in the Amazon and is the only successful case of local productive arrangement agribusiness in the State of Para. The formally instituted CAMTA, in 1969, has its origins in associative experience of Japanese settled in the northeastern region of Para, in 1929, and overcame numerous difficulties, such as cultural differences, financial problems and rainforest hard climate, among others, and built a modern and competitive company that is paradigm in the region. The main facts preceding and gravitate around business CAMTA show that collaborative management, social capital and technical and financial assistance from the Japanese Government were key factors for the construction and consolidation of the company in the domestic and international agribusiness market.

Key words: Amazon; cooperatives; Japanese immigration.

Introdução

A imigração japonesa para o Brasil teve início em 18 de junho de 1908 com a chegada dos primeiros imigrantes ao porto de Santos no estado de São Paulo. Vinte e um anos depois, em setembro de 1929, em plena crise do capitalismo mundial

chegavam à Amazônia as primeiras famílias nipônicas que se fixaram no então distrito de Tomé Açu, município do Acará, na região Nordeste do Pará. Enfrentando dificuldades de toda ordem, os imigrantes japoneses utilizaram o cooperativismo como sistema de produção e comercialização de produtos agrícolas que até então não eram produzidos na Amazônia, como estratégia de sobrevivência e busca de melhores condições de vida em relação às severas adversidades que enfrentavam em seu país de origem.

O cooperativismo surgiu durante a Revolução Industrial, como decorrência de um movimento de proletários que trabalhavam na indústria têxtil inglesa e que queriam ter melhorias em suas condições de trabalho e renda. Os imigrantes japoneses também recorreram a esse recurso na Amazônia. Nos primeiros anos de vida em terras tropicais eles organizaram uma cooperativa para produção de hortaliças plantadas e cultivadas pelas famílias cooperadas visando a subsistência da colônia. Depois introduziram o arroz e a cooperativa passou a se chamar Cooperativa Agrícola do Acará.

Todavia, quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro restringiu a circulação dos japoneses no Pará, mantendo-os isolados e confinados aos limites do então município do Acará e confiscou a cooperativa organizada pelos primeiros imigrantes. Foram anos de agruras e imensas dificuldades para a colônia nipônica na Amazônia. Terminada a guerra os colonos retomaram o comando da cooperativa e quando se completavam exatos vinte anos em que viviam no Pará, fundaram, em 30 de setembro de 1949, a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA).

O artigo analisa a seguir os fatos históricos mais importantes que caracterizam os 90 anos da imigração japonesa na Amazônia, especificamente através da análise da história empresarial da CAMTA, que se transformou no final do século XX e limiar do século XXI no empreendimento emblemático da colonização japonesa no Brasil e no mais bem sucedido da região Nordeste do Pará, vindo a constituir-se no presente no arranjo produtivo local mais bem sucedido da Amazônia oriental brasileira.

A chegada dos imigrantes japoneses na Amazônia: Antecedentes históricos da formação da CAMTA.

As origens e principais acontecimentos que viabilizaram a concessão de terras para a fixação de colonos de origem japonesa na Amazônia estão nos acordos firmados

entre o governo do estado do Pará e a Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha (KANEBO), uma companhia de imigração que atendia a estratégia do governo japonês de incentivar a migração de expressivo contingente populacional que não conseguiria trabalho e terra para sobreviver na pequena ilha oriental. Essa política teve início em 1868, no começo da Era Meiji e foi intensificada após as guerras sino-japonesa (1894-1895) e russo-japonesa (1904-1905). O Japão venceu as duas guerras, mas a população ficou em situação precária porque o governo japonês destinou cifras significativas às guerras para que o Japão saísse como vencedor.

Na época, a política japonesa voltada para educação era tida como o maior trunfo da Era Meiji e era focada na formação de mão-de-obra especializada para trabalhar nas novas indústrias. Durante as guerras, todavia, esta política educacional teve sua intensidade diminuída, fazendo com que a concentração urbana, que já era alta devido ao êxodo rural, aumentasse significativamente em decorrência da mudança dos destinos dos investimentos, fazendo com que grande parte da população, que em 1914 era de aproximadamente 55 milhões, vivesse em condições extremamente precárias, pois a pressão demográfica que já era grande agravou-se após as guerras mencionadas (BUENO, 2006, p.31).

Um pouco antes das guerras mencionadas, na elaboração da Constituição brasileira de 1891, foi definida uma prerrogativa que dava aos estados o direito de legislar em matéria referente à imigração e colonização. Em 1895, Brasil e Japão estreitaram relações diplomáticas com a assinatura do Tratado da Amizade, o que fez com que o Brasil se tornasse um possível ponto de migração para os japoneses.

A intensificação da política de emigração japonesa devido às guerras se juntou a proibição de japoneses entrarem no Havaí devido à anexação desta ilha aos Estados Unidos em 1900 e à *Quota Immigration Act* que proibiu a emigração em 1904 para os Estados Unidos (HOMMA, 1998, p.3), fazendo com que o Japão procurasse outros territórios para que sua política de emigração continuasse em vigor. Os japoneses passaram a dar início ao processo de entendimento com o Brasil para que a imigração fosse viabilizada.

Dessa forma, em 18 de junho de 1908, o navio Kasato Maru aportou em Santos, depois de uma viagem de 52 dias, vindo do porto de Kobe, com 165 famílias e 781 pessoas. Dava-se então início a imigração japonesa no Brasil (NOGUEIRA, 1984, p.46).

Em 1915, Kinroku Awazu (1893-1979), veio ao Brasil para estudar as possibilidades de se promover uma colônia japonesa na Amazônia. E assim, com o processo de emigração sendo cada vez mais incentivado pelo governo japonês, começaram a aparecer as companhias de imigração. Estas empresas eram privadas, porém subsidiadas pelo governo japonês e tinham o objetivo de negociar com países contratantes de mão-de-obra. Por meio da KANEBO, deu-se início às negociações entre o governo japonês e o governo do Pará.

Em 1925, o governador do Pará, Dionísio Bentes, recebeu os enviados da Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha (Kanebo), indústria de tecidos no Japão, Yasuhei Ashizawa e Hideo Nakano, do Ministério das Relações Exteriores no Japão, com uma carta do embaixador Hichita Tatsuki demonstrando o interesse dos japoneses em colonizar a Amazônia (HOMMA, 1998 p.4).

Neste encontro o governador Dionísio Bentes ofereceu aos japoneses as terras situadas às margens dos rios Capim, Moju e Acará. Em 28 de maio de 1925 chegaram a Belém oito técnicos japoneses chefiados por Hachiro Fukuhara para avaliar as terras e decidirem onde iriam iniciar o processo de colonização. Os japoneses deram uma preferência maior às terras situadas às margens dos rios Acará e Moju, devido à profundidade desses rios, o que facilitava a navegação fluvial que era a única via de transporte até Belém na época (CAMTA, 1969 p.6).

Em 11 de agosto de 1928, Sanji Muto, então presidente da Kanebo, fundou, com um capital inicial de Y\$10.000.000,00 (US\$4.756.000,00), a Nambei Takushoku Kabushiki Kaisha (Companhia Nipônica de Plantações no Brasil S/A), ficando conhecida como NANTAKU, uma espécie de filial da KANEBO, uma vez que esta tinha como objetivo se desenvolver no Brasil e precisava de uma razão social brasileira (TSUNODA, 1988 p. 28). A empresa tinha por finalidade: “colonização ultramarina; venda e compra de terras; administração de terras adquiridas; e realização de atividades comerciais relacionadas com aos núcleos de colonização” (CAMTA, 1969 p.8).

Em 13 de novembro de 1928 o governo do Pará concedeu para Hachiro Fukuhara 600 mil hectares de terras no município do e Acará em 1º de junho de 1929 a NANTAKU - que tinha como presidente Hachiro Fukuhara - começou a preparar essas terras para os primeiros imigrantes japoneses que chegaram onde hoje está situado o município de Tomé-Açu em 22 de setembro de 1929.

Quando os primeiros imigrantes japoneses chegaram a Tomé-Açu - que ainda pertencia ao município do Acará - encontraram muito trabalho a fazer e tiveram que

labutar bastante para desmatar, iniciar as primeiras plantações e construir toda a infraestrutura de moradia, o que significava praticamente trabalhar intensamente em condições extremamente precárias.

Em dezembro de 1929 chegaram as famílias que vieram na segunda viagem do Japão para o Pará. O entusiasmo com a nova terra era grande e a idéia de abundância atraía cada vez mais emigrantes japoneses para a Amazônia. Logo depois veio a terceira leva. O contingente populacional da colônia foi aumentando. As condições econômicas não eram favoráveis, a ponto de todos que vieram no quarto navio tiveram que voltar para o Japão.

As vinte famílias da quarta leva acabaram deixando na história da imigração japonesa no Brasil o único caso registrado de debandada total. O que viram em Acará os inquietou, e todos se decidiram pela saída imediata sem mesmo tocar no material fornecido pela Companhia. (TSUNODA, 1988, p. 35).

O retorno destes imigrantes japoneses ocorreu devido ao estado penoso em que se encontrava a colônia. Além das condições econômicas desfavoráveis, a malária fazia muitas vítimas e o número de óbitos se elevava a cada instante, sendo que nos primeiros quatro anos ocorreram 51 falecimentos. Mesmo com este estado precário os imigrantes não paravam de chegar e de 1929 à 1937, 362 famílias migraram do Japão para Tomé Açu em 21 viagens. Com o aumento da população era preciso buscar uma solução econômica para promover renda e melhores condições de vida na colônia do Acará.

O cooperativismo informal e os primeiros anos da colônia nipônica na Amazônia

A Companhia Nantaku tinha como objetivo a produção de cacau, pois o consumo mundial deste produto na primeira metade do século XX era expressivo e a produção de cacau nativo não atendia a demanda total. O cultivo do cacau, portanto, poderia atender a demanda reprimida, mas, como o tempo médio entre o plantio e a coleta era de três anos, outra cultura foi designada pela Nantaku para que os colonos pudessem trabalhar e obterem alguma renda. Provavelmente devido aos hábitos culturais, foi escolhida a cultura do arroz, fazendo com que esta também pudesse servir como subsistência para a colônia.

Juntamente com o arroz, os colonos japoneses plantavam hortaliças para o seu próprio consumo, alimentos que já faziam parte da alimentação nipônica na época. Gradativamente, ao longo da década de 1930 os imigrantes passaram cada vez mais a

plantar hortaliças, pois a lavoura cacauzeira não obteve o sucesso que a Nantaku havia planejado e vários outros experimentos foram realizados: plantio da mandioca, extração de fibras e produção de açúcar, que também, a exemplo do cacau, não foram bem sucedidos.

Diante da necessidade imediata, os japoneses tomaram a decisão de produzirem hortaliças e legumes para sua subsistência: tomate, pimentão, berinjela, pepino, e principalmente o nabo - os imigrantes japoneses eram chamados pelos paraenses de “nabo” quando passaram a vender as hortaliças na capital - foram algumas das hortaliças plantadas por estes primeiros imigrantes. Após dois anos da chegada dos primeiros japoneses em Tomé-Açu, todos estavam produzindo juntos os mesmos produtos, e, em face das inúmeras dificuldades resolveram optar pelo cooperativismo, sistema econômico que já era conhecido em seu país de origem, e fundaram, em 1931, a Cooperativa de Hortaliças (ABE, 1959, p.2).

A Cooperativa de Hortaliças abriu em Belém um depósito para fornecer às famílias paraenses os seus produtos. A primeira dificuldade encontrada foi a alta perecibilidade dos produtos, pois muitos estragavam durante a viagem e eram jogados no rio. Outra dificuldade era o transporte que era fluvial, feito pelo barco Antonina I, pertencente à Nantaku. O tempo de viagem era de 12 horas na ida para Belém e de 18 horas retornando da capital paraense para Tomé-Açu (HOMMA, 2007).

Mas a principal dificuldade que os imigrantes japoneses encontraram, foi o fato de os paraenses não possuírem o costume de consumir hortaliças. Somente as pessoas que pertenciam à classe alta é que consumiam legumes e verduras. As pessoas de classe mais baixa nunca haviam consumido ou nem mesmo visto tais produtos. A missão de introduzir aos poucos esse tipo de alimento no cardápio e no gosto dos paraenses era muito difícil.

Tatsunosuke Murakami, o responsável pelas vendas, enfrentando o problema dos baixos consumos, teria que aumentar as vendas para poder obter uma maior receita, tornando-as suficientes para os colonos. E assim foi feito pois “a venda somente na banca era insuficiente, e Murakami, lembrando-se então dos vendedores ambulantes da sua terra, contratou vinte vendedores brasileiros, que acrescentaram uma nota nova às ruas de Belém”. (TSUNODA, 1988, p. 40).

A partir desta iniciativa, gradativamente a procura foi aumentando e também aos poucos a produção começava a se expandir. Já no segundo ano, o saldo da Cooperativa de Hortaliças foi positivo (ABE, 1959).

Com o tempo as hortaliças passaram a ser freqüentes na mesa dos paraenses e houve até aluguel de refrigeradores para que aumentasse a conservação das hortaliças e diminuísse a quantidade de produtos estragados. Mesmo com o aumento das vendas, o preço dos produtos era muito baixo se comparado com as despesas necessárias de primeira necessidade que os japoneses tinham que comprar, ainda mais porque os navios com novos imigrantes não paravam de chegar, aumentando a demanda desses produtos.

A colônia passava por dificuldades em detrimento do que se vendia que era muito barato e o que se comprava era muito caro. A população ia aumentando e foi se tornando naturalmente impraticável a vida num ambiente totalmente inexplorado. Não havia sido ainda descoberto de modo definitivo, uma cultura agrícola capaz de trazer uma estabilidade à vida. Não havia condição para o auto-empresendimento dos colonos por causa das condições precárias, principalmente sanitárias [...] e para agravar ainda mais a situação, a companhia (Nantaku) começou a visar lucros imediatos direcionando o interesse mais para o comércio do que para administração da colônia (ABE, 1959, p. 8).

A Nantaku começou a pressionar os colonos para que estes produzissem o cacau, objetivo inicial proposto pela empresa para poder alcançar os lucros que pretendiam. Dessa forma, a relação entre as duas partes que antes era de grande expectativa, passou a ser tensa e com perigo de ruptura. A primeira controvérsia entre as partes ocorreu devido ao baixo preço do arroz no mercado. A rizicultura gerava pouco lucro aos colonos e a Nantaku exigia 30%, constado em contrato, de toda a produção dos colonos. Estes exigiram a revogação, ameaçando não colher o arroz até que a Nantaku abrisse mão desta cláusula. Esse primeiro incidente foi chamado de “o dissídio dos trinta por cento” (TSUNODA, 1988, p.63).

Outro problema entre os colonos e a Companhia Nantaku foi a baixa da produtividade das culturas agrícolas. Não se encontrava nenhuma cultura economicamente viável à região. O cacau fracassou, assim como os experimentos feitos com outras frutas nas estações agrícolas. Nesse contexto, e com o fim da cláusula dos 30%, a Nantaku se viu sem recursos para manter a colônia e passou a solicitar ajuda da empresa matriz, a Kanebo, pois o empreendimento encontrava-se estagnado.

Com os constantes pedidos da Nantaku, a Kanebo designou o Sr. Mojuro Iguchi para realizar um novo estudo na colônia, avaliando-a com o intuito de encontrar soluções para o desenvolvimento da mesma. O resultado do estudo não poderia ser mais objetivo:

O Sr. Iguchi realizou o estudo sobre a gestão da colônia e de imediato contactou os colonos em busca de diálogo para que se chegasse a alguma conclusão. O resultado do estudo foi apresentado no dia 3 de abril de 1935. O Sr. Iguchi constatou que deveria haver uma drástica redução no empreendimento, consistindo em desativação da fazenda agrícola com mais de um mil hectares, abolição do sistema de colonato e fechamento das estações experimentais agrícolas (ABE, 1959, p. 9).

As três medidas colocadas pelo Sr. Iguchi eram de extrema importância para os colonos, que se reuniram em assembléia e apontaram o presidente da Nantaku, Hachiro Fukuhara, como sendo o responsável pelo atraso em que a colônia se encontrava, e que este deveria arcar com recursos próprios para custear a eliminação da crise (HOMMA, 1998, p.22). Fukuhara assumiu a responsabilidade e declarou que devido a erros de administração no passado assumia a inteira responsabilidade pela situação caótica da colônia, dispondo da maior parcela que pudesse de suas posses, e retirando-se da mesma (TSUNODA apud FUKUHARA, 1988, p.57).

Hachiro Fukuhara se retirou do cargo e voltou para o Japão. A Nantaku tomou posse do sistema de navegação – barco e instalações de embarque e desembarque de mercadorias em Tomé Açú, gestão do sistema de importação de artigos para vender aos colonos, escolas e hospital que foram construídos com o recurso da empresa. O sistema de colonato foi abandonado e tudo ficou a cargo dos colonos. A situação que já não era boa agravou-se. O êxodo de colonos passou a ser constante. Após cinco anos de dificuldades e condições precárias, boa parte dos japoneses começou a abandonar Tomé-Açu. De 1935 a 1942 cerca de 1600 pessoas deixaram o Pará, a maioria indo se fixar em São Paulo. Das 362 famílias que chegaram nesses sete anos 288 abandonaram o vale do Acará, permanecendo apenas 98 famílias.

Diante desses acontecimentos, a Cooperativa de Hortaliças foi acumulando tempo e experiência e gradativamente foi formando uma base para o desenvolvimento do cooperativismo na colônia, já que agora a mesma passara a ter autonomia na produção. Os colonos acrescentaram o arroz - que era só plantado para a subsistência - aos produtos comercializados pela cooperativa, que com a nova ordem de produção autônoma passou a se chamar Cooperativa Agrícola do Acará. Esta foi fundada com três objetivos: “auto-administração efetiva da comunidade; redução de despesas ou austeridade econômica; e fortalecimento do cooperativismo.” (KATO, 1994, p.35).

Assim, a cooperativa passou a ser o centro da comunidade, todos trabalhavam voltados para aumentar a produção em perfeita harmonia, buscando a estabilização

econômica. Procuravam sempre vender e comprar nas condições mais vantajosas possíveis, pois na nova situação tinham total autonomia para isso.

O foco do empreendimento era o trabalho associativo, em que todos teriam que cooperar com todos. Esta nova cooperativa surgiu diante da necessidade dos colonos que permaneceram na colônia viabilizarem uma estratégia de sobrevivência e mudanças para atingir melhores condições de vida.

Kato (1994, p.41) afirma que a permanência dessas 98 famílias pode ser explicada por questões culturais. No que se refere às questões materiais o autor aponta a falta de estrutura social e de capital como os problemas mais importantes enfrentados pelas famílias que ficaram na colônia.

A Cooperativa do Acará e a fundação da CAMTA

Em 1933 o coordenador do 13º grupo de imigrantes japoneses que veio para Tomé-Açu, Makinossuku Ussui, trouxe vinte mudas de pimenta-do-reino de Singapura, onde o navio que trazia os imigrantes teve que parar devido ao falecimento de uma senhora que estava no navio que tinha o Brasil como destino (CAMTA, 2009 p.81).

A cultura da começou então a ser cultivada em caráter experimental por alguns colonos, pois já havia autonomia para isso na colônia. Mesmo sem haver melhoras significativas na renda dos colonos, o desenvolvimento da cooperativa ocorria dentro da normalidade e o reflexo era visto nas estruturas de produção, fazendo com que os associados acreditassem cada vez mais no auxílio mútuo como uma forma de vencer os obstáculos.

A cooperativa Agrícola do Acará perdurou por sete anos, de 1935 a 1942, quando a cooperativa foi confiscada pelo governo brasileiro devido à Segunda Guerra Mundial. Os sete anos de existência da Cooperativa Agrícola do Acará foram marcados pela modernização do sistema agrário e uma maior organização da estrutura, e, principalmente, pelo espírito cooperativista incorporado pelos colonos que acreditavam que o cooperativismo poderia ser a solução para a colônia.

Após o término da Segunda Guerra Mundial os cooperados resgataram a cooperativa e a idéia de uma cooperativa registrada formal e legalmente amadurecia entre os colonos, mas os poucos recursos que estes detinham os impediam de concretizar essa idéia. Em 1946 e 1947 a pimenta-do-reino começava a se destacar na produção ficando abaixo apenas do arroz e das hortaliças. Em 1947, o valor da produção

do arroz totalizou cerca de 320 mil cruzeiros enquanto que o das hortaliças atingiu 105 mil.

Até 1946 os relatórios da cooperativa só registram os itens arroz, hortaliças e outros. A pimenta-do-reino aparece no relatório de 1947, e o valor da produção foi de 55 mil cruzeiros (CAMTA, 2009, p.83). Antes de 1947 a pimenta-do-reino sempre era encaixada no item “outros” em relação à tabela de produtos de seu relatório, mas com a devastação dos pimentais, ocasionada pela Segunda Guerra Mundial, nos países que eram os maiores produtores de pimenta-do-reino – Malásia, Indonésia e Índia – o preço desta iguaria teve um aumento de 2000% , o que serviu de incentivo para os colonos japoneses do Pará cultivarem a pimenta.

Os recursos obtidos pelos colonos japoneses por meio da pimenta-do-reino e a autonomia de compra, venda, transporte e produção adquiridas pelas famílias, passou a alimentar a idéia da fundação de uma cooperativa oficialmente reconhecida pelos órgãos legislativos brasileiros.

As cooperativas legalizadas tinham proteção do Estado e gozavam de direitos assegurados em leis, e assim os colonos poderiam obter uma maior seguridade para o seu desenvolvimento. Todas as outras cooperativas anteriores deixaram de usufruir as vantagens que eram permitidas às cooperativas oficialmente reconhecidas.

A colônia inteira se uniu para poder se desenvolver e sair do estado arcaico em que se encontrava. Os colonos nipônicos passaram a projetar um futuro melhor nas inúmeras reuniões que passaram a fazer para discutir quais seriam as melhores decisões a serem tomadas (CAMTA, 2009, p.88). As providências para oficializar a cooperativa foram executadas com arrojo, pois a pimenta-do-reino estava se destacando no mercado cada vez mais, proporcionando todos os recursos necessários para os colonos colocarem em prática os seus objetivos.

Com tanta prosperidade, em 30 de setembro de 1949, foi fundada, dentro dos termos legais, a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), dando início a uma nova etapa na colonização japonesa na Amazônia (CAMTA, 1954, p.6).

A monocultura da pimenta-do-reino: Expansão e Crise da CAMTA na segunda metade do século XX

Quando a CAMTA foi fundada havia pouca oferta de pimenta-do-reino em escala mundial e o preço desta iguaria aumentou consideravelmente no mercado internacional.

Em apenas sete anos o preço da pimenta-do-reino aumentou 1.500%, passando de US\$220,00 para US\$3.381,40. Os cooperados da CAMTA praticamente abandonaram as outras culturas e passaram a plantar a pimenta-do-reino em grande número. A CAMTA passava a operar em sistema de monocultura, pois a piperácea indiana começava a dar lucros muito altos. O número de cooperados aumentava, assim como o número de pimenteiros.

Com esses números a CAMTA passava a ser uma cooperativa de pimenta-do-reino e a pipericultura era a principal fonte de renda para os cooperados. Em 1955 a produção brasileira já conseguia atender totalmente a demanda interna. No ano seguinte o governo federal concedeu à CAMTA uma autorização para a exportação da pimenta-do-reino. A primeira exportação teve como destinos a Argentina e os EUA (CAMTA, 1971, p.14). Essa foi a fase de progresso da colônia que ficou conhecida como a fase do “diamante negro” da Amazônia. A qualidade de vida dos japoneses melhorou consideravelmente:

A casa dos japoneses plantadores dessa cultura (pipericultura), de acordo com o grau de dependência e da capacidade de plantio, sofreu evoluções, partindo de casas cobertas de cavaco, para casas de madeira com cobertura de telha e, enfim, casas de alvenaria[...]. Como símbolo maior de ostentação os colonos possuíam veículos, automóveis de luxo estacionados nas residências e percorrendo as estradas rurais entre os plantios de pimenta (HOMMA, 2007, p. 105 - 106).

Estabeleceu-se, então, um forte ufanismo entre os colonos. A pimenta-do-reino trouxe um rendimento financeiro considerável para os colonos que passaram a consumir sem pensar em economizar, não só pelo aumento do excedente comercializado mas também devido à inflação galopante da época no Brasil.

Nas festas não havia “presentes” era só dinheiro. Tudo era dinheiro. Um dando dinheiro pro outro. Quando um filho de alguém saía para estudar fora todos davam dinheiro ao menino de presente, não se dava outra coisa a não ser dinheiro (YAMADA, 2008).

A prosperidade na colônia ia aumentando cada vez mais e no dia 1 de setembro de 1949, já com uma autonomia econômica concreta, o distrito de Tomé-Açu se emancipou do município do Acará, sendo elevada ao “status” de município. Acará arrecadava uma grande parte de sua receita por meio da produção de pimenta-do-reino em Tomé-Açu, mas as estradas, a saúde e a educação eram precárias em Tomé Acu, além da dificuldade de deslocamento desta cidade para a sede do município do Acará, onde os colonos japoneses tinham que requerer algum documento, entre outros, foram alguns

dos fatores que colaboraram para essa emancipação (SEPOF, 2008, p.1). Nessa época, década de 1950, boa parte dos filhos dos primeiros imigrantes deixou de trabalhar na lavoura e a maioria desta geração foi estudar em Belém (KATO, 1994 p.32).

A partir da emancipação política e administrativa de Tomé Açu, o dinheiro gerado pela venda da pimenta não foi destinado somente para o luxo dos cooperados, porque os japoneses passaram a ter representação política tanto na câmara dos vereadores quanto na prefeitura do novo município. A diretoria da CAMTA, então, juntamente com muitos cooperados de diferentes localizações na colônia, passou a destinar investimentos para construção e reforma de escolas, postos de saúde e sistema de transporte em Tomé Açu, beneficiando a população nipônica e os demais moradores principalmente do núcleo urbano de Quatro Bocas, localizado a cerca de dez quilômetros da sede municipal.

Parcela do lucro da cooperativa também foi destinada para aprimorar a produção de pimenta-do-reino. Houve grandes compras de maquinaria agrícola e de fertilizantes (HOMMA, 1998, p.56). “Era comum a chegada de tratores e materiais agrícolas vindos de São Paulo e trazidos por barcos até a colônia” (KATO, 1994 p. 33). Desta maneira a colônia caminhava cada vez mais forte para a monocultura, com grande aumento da produção e da renda, sendo todos os insumos comprados dedicados à pipericultura.

O período de prosperidade da colônia foi de 1947 até 1968. Neste último ano ocorreu uma forte recuperação dos concorrentes asiáticos, através de uma superprodução na Indonésia, que fez com que o preço da pimenta-do-reino caísse de US\$750,00 para US\$470,00 (CAMTA, 1971, p. 8). A monocultura começava a mostrar sua fragilidade aos imigrantes japoneses e logo os cooperados começaram a sentir dificuldades em manter lucrativa a produção de pimenta-do-reino.

Para agravar ainda mais a situação o *fusarium* passou a atacar os pimentais. A fusariose, como passou a ser conhecida esta doença, reduziu de imediato a vida útil do pé de pimenta-do-reino, com isso os cooperados passaram a ter pimentais de várias idades para tentar combater a doença (UNE, 1988, p.91).

A violenta expansão da fusariose a partir do fim da década de 1960, fez com que os pimentais fossem reduzidos a praticamente para produção de subsistência (HOMMA, 1998, p.57). A combinação da queda do preço com a fusariose arruinou as plantações de pimenta-do-reino da colônia, mostrando que a necessidade de diversificação da produção era evidente. A perspectiva de agravamento da situação e a falta de uma política que protegesse a pipericultura fizeram com que ao pipericultores e trabalhadores rurais comessem a explorar a policultura.

A Secretaria de Agricultura do Pará passou a incentivar a cacauicultura e a CAMTA passou a buscar sementes híbridas desta cultura na Bahia. Desta forma, o cacau passava a ganhar força na região.

A policultura de frutas tropicais e a consolidação da CAMTA

Com a queda do preço da pimenta-do-reino, a CAMTA passou a estimular os cooperados a diversificarem a produção e não sujeitarem a renda familiar às flutuações do preço de um único produto no mercado internacional.

Noburo Sakaguchi, então diretor da CAMTA, propôs que se introduzisse a cultura do cacau como uma alternativa e com vários incentivos estatais, o cacau começou a ter vários cooperados adquirindo-o para a plantação (CAMTA, 2009, p.93).

A Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) financiou um projeto para reestruturar a cultura da pimenta-do-reino, incentivar a cultura do cacau e fortalecer o plantio de outras culturas como o dendê, seringueira, maracujá entre outras, já visando à diversificação. A JICA liberou para esse projeto a verba de um milhão e duzentos mil yens (CAMTA, 2009, p.93).

A diversificação evoluiu muito nos anos 1980, indo além da pimenta-do-reino e do cacau, aumentando consideravelmente a quantidade de frutas tropicais cultivadas e com a queda da pipericultura, o cacau começou a ganhar corpo nas plantações dos cooperados. Foi uma fase de transição, em que os pimentais teriam que dar um pouco de seu espaço ao cacau. As mudanças foram complexas, pois com esta última cultura voltando a ser plantada na colônia, mudanças como o uso do tipo de solo e a forma de plantio tiveram que ser efetuadas. A cacauicultura era uma necessidade para os cooperados como alternativa à crise da pipericultura.

Assim, com a escolha da cooperativa feita a favor do cacau, no começo dos anos 1970, a Secretaria de Agricultura do Pará criou um programa específico para fomentar a produção do cacau de cultivo e assim oficialmente passou a apoiar a cacauicultura no município de Tomé-Açu, que tentava se reestruturar após a crise da pimenta-do-reino (CAMTA, 2009, p.96).

Este programa determinava a ativação da cacauicultura em várzeas e ilhas, áreas de pimentais decadentes e áreas que são objeto de programas em desenvolvimento [...], o objetivo básico era recuperar economicamente áreas de pimentais em extinção não constituindo, por tanto, um programa específico de difusão do cacau no Pará, apenas a cacauicultura era umas das opções à pipericultura decadente (COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA., 1980, p. 4 - 5).

Com a criação do Programa de Diretrizes para a Expansão da Cacaucultura Nacional (PROCACAU), por parte do governo federal, em (?) criaram-se os mecanismos de fomento que definitivamente asseguraram a regularidade e incentivo ao cultivo do cacau em Tomé-Açu e a policultura começou a predominar nas plantações dos agricultores japoneses de Tomé-Açu.

Os cooperados da CAMTA, entretanto, não abriram mão do cultivo da pimenta-do-reino por completo, mas cederam um pouco do espaço em que estavam plantados os pimentais para efetuar de forma consorciada o cultivo do cacau, fato que, gradativamente resultou em uma queda brusca na quantidade produzida da piperácea, e uma alta considerável na quantidade produzida e nas áreas plantadas de cacau.

A área plantada com lavoura de cacau expandiu, fazendo com que a quantidade produzida nos anos 1980-1982 crescesse em mais de 400%, enquanto que a quantidade de pimenta-do-reino produzida no mesmo período caiu 40%; os pimentais foram sendo gradativamente desativados e substituídos.

A década de 1980 representou a tentativa de recuperação da CAMTA. Todos estavam lutando pela recuperação da cooperativa e o lema adotado pelos cooperados foi: “A reconstrução depende da autoconsciência de cada um” (CAMTA, 2009, p.97). Nessa década ocorreu a fusão operacional da CAMTA com a fábrica de sucos da Associação de Fomento Agrícola de Tomé-Açu (ASFATA), uma organização também fundada por iniciativa dos imigrantes japoneses de Tomé Açu.

Em meio a esses acontecimentos a ASFATA elaborou um projeto que levaria eletricidade à zona rural e atenderia a maioria das famílias cooperadas. A JICA disponibilizou três milhões e seiscentos mil dólares para a execução desse projeto. Gestões foram feitas para obtenção também de recursos do governo do Pará, mas a Companhia Elétrica do Pará (CELPA) não pode colaborar financeiramente nem tecnicamente e o governo paraense colaborou com cem mil dólares para as obras de telefonia rural (CAMTA, 2009, p.97).

Com a negativa do setor público em executar o projeto, os japoneses de Tomé Açu criaram, em 1989, a Cooperativa de Eletrificação e Telefonia Rural da Região Geoeconômica de Tomé-Açu (COERTA), que executou as obras de eletrificação da cidade de Quatro Bocas, núcleo urbano onde se localiza a sede da CAMTA localizada à 12 quilômetros da cidade de Tomé-Açu (Figura 1).



Figura 1: Localização da sede da CAMTA

A rede tronco conectou a sede municipal à cidade de Quatro Bocas, prolongando-se pela principal rodovia que dá acesso às vicinais onde se localizam a maioria das propriedades rurais dos colonos japoneses. O projeto viabilizou a construção de 80 quilômetros da rede tronco e de 50 quilômetros das vicinais, além da construção de 180 subestações atendendo quase 200 famílias.

Para o funcionamento da eletrificação a rede tronco deveria ser doada à CELPA, pois se esta não detivesse a posse da rede principal, a eletrificação não poderia ocorrer. Como todos queriam a execução do projeto, assim foi feito, e a rede tronco foi doada à CELPA (SAKAGUCHI, 2009).

Tendo a CELPA obtido os direitos sobre a rede tronco e para se ver isenta do pagamento de impostos sobre a transmissão que teriam que arcar, 28% do valor nominal da obra, cerca de um milhão e quatrocentos mil dólares, a diretoria da empresa decidiu transformar sua posse em ações para que esses impostos não fossem cobrados. Essas ações foram avaliadas como D¹ e foram repassadas para a COERTA.

¹ As ações são avaliadas de acordo com seu risco e nomeadas como: A, B, C, D e E, sendo que as ações A têm o menor risco e as ações E o maior risco (SCHUBERT, 1989).

Nesse momento a CAMTA estava com problemas financeiros, pois, mesmo com a administração da fábrica de sucos que foi transferida da ASFATA para a CAMTA, os rendimentos eram baixos, inclusive com a ocorrência de prejuízos nos anos 1995, quando a CAMTA contava com 133 cooperados e registrou um prejuízo de R\$80.064,58 e 1996, quando caiu o número de cooperados para 118 e o prejuízo foi de R\$32.328,85 (CAMTA, 1996 e 1997).

Esses resultados negativos levaram a diretoria a pensar na dissolução da empresa e, como alternativa à crise, foi proposto pela nova diretoria da CAMTA, que assumiu em 1997, a fusão das cooperativas - CAMTA e COERTA - e das associações - ASFATA e Associação Cultural de Tomé-Açu - com a convicção de que os custos iriam diminuir e os investimentos otimizados, melhorando a estrutura em prol dos cooperados.

Essa idéia não foi aceita, assim como a nova diretoria não aceitou a dissolução da CAMTA. As associações se fundiram e as cooperativas passaram a funcionar em parceria, a COERTA, que estava bem financeiramente, financiava os recursos de que a CAMTA necessitava para se manter. Não houve a fusão de imediato entre as duas cooperativas porque a CAMTA não estava bem financeiramente e poderia atrapalhar o desenvolvimento da COERTA (SAKAGUCHI, 2009).

Com essas medidas, já em 1997, a CAMTA obteve um saldo positivo em sua receita de apenas R\$4.042,30, mas já significava reversão de tendência e esperança de melhores dias para os 109 cooperados que compunham a CAMTA naquele ano. Em 1998 a recuperação foi ainda maior e o superávit de 156 mil cruzeiros foi maior que os prejuízos absolutos somados de 1995 e 1996 (CAMTA, 1999).

A CAMTA começava a reagir, em meio às privatizações estabelecidas pelo governo federal na época. Com essa estratégia, adotada pelo governo federal, as ações da COERTA tiveram seu valor aumentado significativamente, pois era necessário ter uma quantia mínima de ações para poder-se concorrer aos leilões das empresas estatais que estavam sendo privatizadas. A COERTA fez um leilão com envelope fechado para poder vender as suas ações.

Nunca se viu tanto movimento aqui em Tomé-Açu, o aeroporto ficou cheio de aviões daqueles monomotores, a cidade estava infestada de caminhonetes e carros, era gente de todo lugar do Brasil. Não tinha hotel na cidade pra tanta gente (SAKAGUCHI, 2009).

As ações foram vendidas pelo valor de 3 milhões e oitocentos mil dólares, quase o valor de todo o investimento da cooperativa. Esse dinheiro foi todo investido na colônia e 1 milhão e quatrocentos mil dólares foram destinados a ampliação e estruturação da fábrica de suco da CAMTA. A fruticultura começava a obter ainda mais força na comunidade nipônica de Tomé-Açu.

Com a venda das ações da COERTA o dinheiro adquirido foi todo reinvestido na colônia e parte deste dinheiro, devido a parceria da COERTA com a CAMTA foi destinado ao aumento da infra-estrutura da fábrica de sucos. A partir desse aumento do espaço físico, a produção começou a aumentar, assim como o investimento em automação. As construções das câmaras frias deram condições à CAMTA de produzir até 24 horas seguidas, sendo que antes o que havia sido produzido teria que ser comercializado, pois o produto poderia estragar e tornava difícil a produção em grande escala.

No início do presente século houve um novo incentivo da JICA da ordem de 70 milhões de ienes (US\$1,2 milhões de dólares) que foram investidos na modernização da área da fábrica de sucos, que passou a ter 600m² e contar com moderno equipamento para processamento de frutas e confecção de sucos congelados que aumentaram a rapidez e a qualidade da produção. Foi instalada a linha de produção de polpa de açaí, cacau e cupuaçu, além da linha de produção das outras frutas, que processa um tipo de fruta por vez, sendo higienizada nos intervalos de passagem de utilização de um tipo de fruta para a outra. As medidas de higiene foram aprimoradas e equipamentos de esterilização como a caldeira foram adquiridos pela cooperativa para evitar a proliferação de bactérias. Atualmente, a fabricação de sucos abrangem mais de 70% do movimento da cooperativa, sendo processadas 5 mil toneladas por ano, atingindo vendas de 3,5 mil toneladas e um faturamento bruto de 920 milhões de yens (12,1 milhão de dólares).

Com a ampliação da fábrica de sucos e a construção da câmara fria para manter os produtos estocados, a fruticultura passou a ser o “carro chefe” da cooperativa, sendo o açaí o produto mais vendido pela CAMTA. A pimenta-do-reino e o cacau (também a venda da polpa de cacau e não somente a venda da amêndoa) ainda geram cifras expressivas. As exportações de polpas de frutas congeladas passaram sempre a aumentar, principalmente após a capacidade de estocagem frigorífica. As tabelas 1 e 2 registram a quantidade de variedades de polpas de frutas e os números de exportação destas.

Esses produtos são cultivados por meio de um sistema agro-florestal desenvolvido pelos cooperados. Esse sistema faz com que a diversidade abasteça o agricultor desde o primeiro ano da plantação, colaborando com o produtor também na parte econômica. O agricultor planta a cultura interna, normalmente a pimenta-do-reino, e no espaço entre as fileiras desta plantação, são plantadas outras variedades de frutas como banana e cacau intercaladamente. Ao redor são plantadas as árvores frutíferas maiores, podendo ser açaí e taperebá, por exemplo, e ainda no entorno da plantação são plantadas árvores de madeira nobre, como o mogno, que são incluídos no sistema para que o agricultor tenha uma renda, para quando for se aposentar. Em meio a essa produção, nos espaços entre as plantações é cultivado o arroz (JICA, 2009).

Em 2007, além dos produtos tradicionais e dos sucos de frutas a CAMTA diversificou a produção também para a linha de doces e geléias de frutas em caráter experimental.

Japão e EUA são os maiores importadores das polpas de frutas produzidas pela CAMTA. Há um início de exportações para a Austrália, que embora ainda seja pequeno mostra a busca de aumento de mercado por parte da cooperativa. Mesmo com a diversificação da produção ainda é significativa a produção de pimenta e cacau, produtos tradicionais da colônia japonesa no Nordeste paraense que foram responsáveis em 2007 por um total de vendas de 4,6 milhões de reais, valor extremamente expressivo para a Amazônia (tabelas 3 e 4).

A CAMTA continua a diversificar a produção e expandir o seu mercado para assim obter maior faturamento. A industrialização dos produtos agrícolas passará a processar experimentalmente a extração de óleos vegetais advindos do cacau e do cupuaçu. O sistema agro-florestal consorciado desenvolvido pelos cooperados da CAMTA ao longo do tempo em Tomé-Açu atrai a atenção de várias partes do mundo e esse sistema faz com que essa cooperativa aumente a sua produção e desenvolva o seu entorno sempre em harmonia com a natureza.

As exportações desses produtos também são destinadas ao Japão e EUA, assim como a polpa de frutas, mas os principais importadores dos produtos secos são Alemanha e Argentina.

Tabela 1 – CAMTA: Demonstrativo de Vendas de Polpas de Frutas em 2007.

| Produto | 2007/ R\$ | % de Vendas | Quantidade/Kg |
|------------------------|----------------------|--------------------|----------------------|
| Polpa Maracujá | 582.185,66 | 3,90961 | 163.422 |
| Polpa Acerola | 1.050.442,38 | 7,05415 | 429.170 |
| Geléia Cupuaçu | 3.246,35 | 0,0218 | 1.193 |
| Polpa Cupuaçu | 1.312.415,59 | 8,8134 | 364.139 |
| Polpa Açaí | 8.413.657,54 | 56,5011 | 1.637.632 |
| Geléia de Cupuaçu | 3.811,90 | 0,0256 | 1.342 |
| Polpa Mix Açaí | 1.146,80 | 0,0077 | 238 |
| Polpa Açaí Mix Guaraná | 615.062,19 | 4,13039 | 100.978 |
| Geléia de Goiaba | 3.834,05 | 0,02575 | 1.351 |
| Polpa Abacaxi | 449.495,56 | 3,01855 | 181.497 |
| Polpa Carambola | 41.917,19 | 0,28149 | 21.030 |
| Polpa Graviola | 562.202,22 | 3,77542 | 95.351 |
| Polpa Muruci | 133.413,48 | 0,89593 | 45.007 |
| Polpa Taperebá | 650.446,48 | 4,36801 | 159.226 |
| Polpa Caju | 297.883,34 | 2,00041 | 103.765 |
| Polpa Goiaba | 757.410,99 | 5,08632 | 245.531 |
| Camu-Camu | 930,8 | 0,00625 | 716 |
| Polpa Cacau | 7.812,03 | 0,05246 | 2.060 |
| Geléia de Maracujá | 3.442,50 | 0,02312 | 1.261 |
| Outros | 376 | 0,00252 | 130 |
| Total | 14.891.133,05 | 100 | 3.555.040,40 |

Fonte: CAMTA, 2009.

Tabela 2 – CAMTA: Demonstrativo de Exportação de Polpas em 2007.

| País | Kg. | R\$ | % Kg. | % R\$ |
|--------------|------------------|---------------------|--------------|--------------|
| Austrália | 21.906 | 59.538,26 | 1,5 | 0,77 |
| Japão | 592.658 | 3.302.725,06 | 40,65 | 42,84 |
| USA | 843.448 | 4.348.059,58 | 57,85 | 56,39 |
| Total | 1.458.012 | 7.710.322,90 | 100 | 100 |

Fonte: CAMTA, 2009.

Tabela 3 – CAMTA: Demonstrativos de Vendas de Produtos secos em 2007.

| Tipo | Quantidade/ Kg. | Valor/ R\$ |
|----------------|------------------------|---------------------|
| Pimenta Branca | 219.730 | 1.972.569,30 |
| Pimenta Preta | 193.952 | 1.224.672,00 |
| Cacau | 290.760 | 1.418.227,00 |
| Total | 704.442 | 4.615.468,30 |

Fonte: CAMTA, 2009.

Tabela 4 – CAMTA: Demonstrativo de Exportação de Produtos Secos em 2007.

| País | Produto | Quant./Kg. | Total |
|--------------------|----------------|-------------------|---------------------|
| Alemanha | Pimenta Branca | 50.000 | 362.175,00 |
| | Pimenta Preta | 25.000 | 243.375,00 |
| Japão | Pimenta Preta | 20.000 | 129.210,00 |
| USA | Cacau | 15.000 | 76.590,00 |
| | Pimenta Preta | 25.000 | 176.625,00 |
| Argentina | Pimenta Preta | 73.000 | 433.755,00 |
| | Pimenta Branca | 179.500 | 1.615.750,00 |
| Total Geral | | 387.500 | 3.037.480,00 |

Fonte: CAMTA, 2008

Considerações Finais

A história da economia e da sociedade no Pará está diretamente relacionada com a implementação de políticas públicas que não favoreceram a formação de uma sociedade que fosse permeada pela cooperação e coesão, que pudesse romper com as relações verticais entre os atores sociais de todas as regiões do Estado, principalmente com o clientelismo e a corrupção, características tão presentes na sociedade paraense.

Mesmo com o expressivo crescimento econômico que ocorreu no Pará, após a integração do estado ao mercado nacional, na década de 1960, as regiões permaneceram socialmente em péssimas condições. O Sudeste paraense, onde se concentram as atividades econômicas que mais contribuem para esse crescimento, mineração e pecuária, também não transformaram em benefícios sociais os resultados econômicos

alcançados. Ao contrário, os índices de desmatamento e de violência rural são os piores do Brasil.

No Nordeste paraense, região de colonização pioneira na Amazônia, a pobreza é uma das mais expressivas do estado do Pará e os níveis de associativismo também não fogem à regra do restante do estado. A única e expressiva exceção resultou da ação empreendedora dos japoneses que imigraram para o Pará a partir de 1929.

Mesmo recebendo apoio do governo japonês nas fases em que a comunidade nipônica de Tomé-Açu enfrentou dificuldades, a continuidade da colônia agrícola na região por mais de oitenta anos, revela que o ambiente cultural e o grau de associativismo da população japonesa que emigrou e permaneceu no Pará nesse longo período, foi e é fator fundamental para explicar o sucesso do empreendimento associativo de pequenos produtores agrícolas mais bem sucedido da Amazônia.

A CAMTA, ao longo dos 80 anos de imigração japonesa na Amazônia, mesmo nos períodos de dificuldades, é exemplo de que é possível se construir as mudanças necessárias que conduzam ao desenvolvimento sócio-econômico sem impactar substancialmente o meio ambiente.

O empreendimento construído pela colônia japonesa no Nordeste paraense e as estratégias de gestão e governança do mesmo, que agregaram valor por meio da modernização e diversificação da produção, acabou por gerar lucros aos cooperados e colaborar com os pequenos agricultores da região, fazendo com que estes também tenham um aumento de renda e revelando que o cooperativismo, sendo seguido de forma transparente e com comprometimento dos cooperados, consegue promover a inclusão social e o bem-estar da população, mesmo que esta esteja localizada em uma região pobre e que enfrente dificuldades de todas as ordens.

REFERÊNCIAS

Livros, Teses, Artigos.

ABE, N. **História de 30 Anos da Cooperativa Agroindustrial de Tomé-Açu.** Tomé-Açu: CAMTA, 1959.

BUENO, E. O Japão e o Dilema da Imigração. **Revista Espaço Acadêmico**, n.66. nov. p.22-43, 2006.

CAMTA. **Comemorativo do 25º Aniversário de Fundação da Colônia de Tomé-Açu.** Tomé-Açu, 1954.

CAMTA. **Relatos Históricos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu.** Tomé-Açu, 1969.

CAMTA. **Relatos Históricos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu.** Tomé-Açu, 1971.

CAMTA. **Relatos Históricos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu.** Tomé-Açu, 2009.

JICA. **Sistemas Agro-florestais: a Experiência dos Imigrantes Japoneses de Tomé-Açu.** [S/L] 2009.

KATO, M. **A Colônia Nipônica no Acará: sua evolução no contexto regional e nacional.** Belém: FIPAM, 1994.

HOMMA, A. **Amazônia: Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola.** Brasília: EMBRAPA-SPI, 1998.

HOMMA, A. **Imigração Japonesa na Amazônia: Sua Contribuição para o Desenvolvimento Agrícola.** Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2007.

NOGUEIRA, A. R. **Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil.** São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros, 1984.

SCHUBERT, P. **Análise de Investimentos e Taxa de Retorno.** São Paulo: Ed. Ática, 1989.

SEPOF. **Aspectos Históricos e Culturais do Município de Tomé-Açu.** Belém: Governo do Pará, 2008.

TSUNODA, F. **Canção da Amazônia: uma saga na selva.** Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1988.

UNE, M. T. **Pimenta-do-Reino no Estado do Pará: uma avaliação dos efeitos da tecnologia sobre a produtividade.** *Revista Brasileira de Geografia* v.50 n.2 p.75-98. Rio de Janeiro, 1988.

Relatórios e outros documentos

CAMTA. **Relatório da Diretoria: Exercício 1995.** Tomé-Açu, 1996.

CAMTA. **Relatório da Diretoria: Exercício 1996.** Tomé-Açu, 1997.

CAMTA. **Relatório da Diretoria: Exercício 1997**. Tomé-Açu, 1998.

CAMTA. **Relatório da Diretoria: Exercício 1998**. Tomé-Açu, 1999.

CAMTA. **Relatório da Diretoria: Exercício 2007**. Tomé-Açu, 2008.

CEPLAC. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **A Cacaucultura no Pará**. Belém: Ceplac, 1980.

Entrevistas e Depoimentos

Francisco Sakaguchi. Entrevista concedida aos autores em 16 de outubro de 2009.

Hajime Yamada. Entrevista concedida aos autores em 21 de setembro de 2008.

